

# Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos  
exercícios findos em 31 de dezembro de 2023  
e 2022 e relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras

**KPDS: 1298468**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>20</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>21</b>

## Relatório da Administração

### 1. Sobre a Companhia

#### 1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Companhia”, “Concessionária” ou “CCR ViaOeste”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

#### 1.2. Apresentação

A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello-Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora do DER (“contrato de concessão”), sendo vedada a prática de atos estranhos à essa finalidade. Composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 169,25 quilômetros e manutenção e conservação de 6,81 quilômetros (“Concessão”). O prazo do contrato de concessão original era de 240 (duzentos e quarenta) meses, e conforme aditado pelo 12º, 23º, 24º, 25º e 26º Termos Aditivos Modificativos ao contrato de concessão, passou a ser válido até 29 de março de 2025.

A Companhia emprega de forma direta 818 pessoas. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração.

A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

#### 1.3. Destaques de 2023

##### Investimentos

- Duplicação da Rodovia Raposo Tavares - SP270 entre os kms 45+200 e 86+900;
- Implantação das Marginais do km 23+000 ao km 32+000 – SP-280 - Pistas Leste e Oeste
- Implantação de Acessos da SP 280 ao Município de Osasco - km 15+500 e km 16+900 Pista Oeste
- Implantação do dispositivo de retorno no km 67 da SP 270 – Rod Raposo Tavares;
- Implantação do dispositivo de retorno no km 76 da SP 270 – Rod Raposo Tavares;
- Melhorias no dispositivo de retorno do km 50+660 da SP 280 – Rod Castello Branco;
- Implantação de Faixa Adicional entre os KM'S 45+810 ao KM 50+430 e KM 52+430 ao 55+620 Pista Leste da SP 280 – Rod Castello Branco;

##### Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

- Não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio em 2023.

##### Empréstimos e Debêntures

- Em janeiro de 2023 houve a liquidação da 8ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 481.977.

## 2. Desempenho econômico-financeiro

### 2.1. Eventos relevantes ao Mercado

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro:

Em R\$ mil	2023	2022	Var.%
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	1.252.522	1.318.153	-4,98%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	1.252.522	1.304.032	-3,95%
- Receita de Pedágio	1.228.411	1.283.188	-4,27%
- Outras Receitas	24.111	20.844	15,67%
Deduções da Receita Bruta	(118.119)	(112.211)	5,27%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	1.134.403	1.191.821	-4,82%
(+) Receita de Construção	-	14.121	-100,00%
Custos e Despesas (a)	(1.348.388)	(1.092.204)	23,46%
- Depreciação e Amortização	(43.332)	(317.863)	-86,37%
- Serviços de Terceiros	(66.033)	(56.638)	16,59%
- Custo da Outorga	(43.713)	(19.566)	123,41%
- Custo com Pessoal	(119.766)	(87.349)	37,11%
- Custo de Construção	-	(14.121)	-100,00%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(1.064.581)	(572.169)	86,06%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(10.963)	(24.433)	-55,13%
EBIT ajustado	(213.985)	113.803	-288,03%
Margem EBIT ajustada (c)	-18,86%	9,55%	-297,52%
EBIT (b)	(213.985)	113.803	-288,03%
Margem EBIT	-18,86%	9,44%	-299,82%
(+) Depreciação e amortização	43.332	317.863	-86,37%
EBITDA (b)	170.653	431.666	-60,47%
Margem EBITDA	15,04%	35,79%	-57,97%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (d)	10.963	24.433	-55,13%
EBITDA ajustado (e)	159.690	456.099	-64,99%
Margem EBITDA ajustada (e)	14,08%	38,27%	-63,22%
Resultado Financeiro Líquido	23.847	(22.685)	-205,12%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	(190.138)	91.118	-308,67%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(129)	(62.483)	-99,79%
Lucro antes da participação dos minoritários	(190.267)	28.635	-764,46%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	(190.267)	28.635	-764,46%
Endividamento bruto (f)	-	481.707	-100,00%
Investimentos (caixa)	-	408.529	-100,00%
Veículos equivalentes (em milhares)	125.857	120.889	4,11%

- (a) Custos e despesas: os itens deste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;

- (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; e
- (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquido dos custos de transação).

## 2.2. Desempenho

### 2.2.1. Receita operacional

A receita bruta de pedágio em 2023 totalizou R\$ 1.228.411 (- 4,27% sobre 2022). A redução da receita tem por reflexos: (i) aumento de tráfego de 3,5% no mesmo período, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso (SEFAZ) a partir de 01/10/2023 (ii) reajuste tarifário contratual de 3,94% vigente a partir de julho. A queda na receita de numerário/cheque é reflexo do aumento da adesão AVI, que na ViaOeste atingiu 72,5% no ano de 2023; e da habilitação dos novos meios de pagamento: cartão de débito e crédito, que, desde a implantação, registram crescimento mensalmente. (iii) Apesar do efeito positivo destacado acima, tivemos a redução da receita de pedágio referente ao valor do excedente tarifário de 20,71%, previsto no TAM 26/2023 assinado em junho de 2023.

### 2.2.2. Custos e despesas totais

Os custos e despesas totalizaram R\$ 1.348.388 no ano de 2023. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 23,46% em relação a 2022, foram:

**Custo de construção:** Em 2023 não houveram custos de construção. A redução de 100% em relação a 2022 é reflexo dos Investimentos em obras que foram contabilizados em Custo por premissa da Unidade, devido a não recuperabilidade dos ativos com o término da concessão.

**Depreciação e amortização:** somaram R\$ 43.332 no ano de 2023. A redução de 86,37% em relação ao ano anterior foi ocasionada pela Provisão para perda do *Impairment*.

**Custo da outorga:** Inclui a apropriação de despesas antecipadas, que atingiu R\$ 54.676 em 2023, apresentando aumento de 24,27% em relação 2022, em razão do acréscimo do percentual da outorga variável passando de 1,5% para 3% em 2023.

**Serviços de terceiros:** Em 2023, o custo dos serviços totalizou R\$ 66.033. O aumento de 16,59% em relação ao ano anterior decorre principalmente do rateio de custos do CSC - Centro de Serviço Compartilhado.

**Custo com pessoal:** Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 119.766 no ano de 2023, registrando aumento de 37,11% em relação a 2022, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de custeio CSC, dissídio retroativo, gastos com assistência médica, vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

**Materiais, equipamentos, veículos e outros:** Em 2023 totalizou R\$ 70.300, houve um aumento de 11,27% em relação a 2022, impactado principalmente nos materiais para manutenção e conservação, combustíveis e lubrificantes conforme demanda das áreas.

**Custo de Obras:** Em 2023 totalizou R\$ 994.281, um aumento de 95,34% em relação a 2022, esse aumento é reflexo do cronograma de obras acordado com o Poder Concedente, além da contabilização dos investimentos em obras para custo direto por premissa da Companhia, devido a não recuperabilidade dos ativos com o término da concessão. Dentre os principais investimentos de 2023 destacamos:

SP-270 - Obras de duplicação da Raposo Tavares km 46 ao 89 e Recuperação de Obras de Arte Especiais

SP-280 – Marginais e Novo Acesso ao Município de Osasco

SP-280 - Osasco Fuada km 15.

SP-280 - Faixa adicional do 27 ao km 29 (Pista Oeste), do km 45 ao 50 e km 52 ao 55 (Pista Leste).

SP-280 - Implantação dos dispositivos de retorno dos kms 46, 58, 67, 76, 80 e 84 tanto como o programa de recuperação de pavimentos.

### 2.2.3. Resultado financeiro

No ano de 2023, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido de R\$ 23.847, ante R\$ 22.685 negativo em 2022. Houve o aumento no CDI médio anual de 2023 em relação à 2022, além do saldo referente à contabilização de UpGrade para custo. Em contrapartida, houve uma melhora considerável nos rendimentos sobre aplicações financeiras em relação ao ano anterior e um menor saldo de endividamento em 2023.

### 2.2.4. Prejuízo

Em 2023, o prejuízo atingiu R\$ -190.267, apresentando uma redução de -764,46% em relação a 2022, reflexo principalmente da contabilização de Investimentos como Custos e da provisão para perda do *Impairment*, conforme citado anteriormente.

### 2.2.5. Endividamento

Em 2023 não houve dívida bruta, ante R\$ 481.707 em 2022, reflexo da 8ª emissão de Debêntures quitada em 02 de janeiro de 2023.

### 2.2.6. Custos de Obras

A Companhia tem investido em melhorias na segurança das rodovias do sistema Castello-Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no contrato de concessão.

## 3. Estratégia e Gestão

### 3.1. Governança Corporativa

#### Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria é submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Diretoria da companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

O Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Fausto Camilotti. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 – lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico [www.grupoccr.com.br/viaoeste](http://www.grupoccr.com.br/viaoeste).

O Sr. Fausto Camilotti pode ser contatado no telefone (11) 2664-6000 ou pelo e-mail: [cvm.viaoeste@grupoccr.com.br](mailto:cvm.viaoeste@grupoccr.com.br).

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

### 3.2. Gestão de Pessoas

A Companhia embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia CCR para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2023, a Companhia atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a ViaOeste foram realizadas 23.794 horas de treinamento, com 78,2% de treinamentos na modalidade on-line, 16,2% na modalidade presencial e 5,6% na modalidade combinada (semipresencial). Temos o registro de 3.587 cursos concluídos e registrados na plataforma HCM, dentre treinamentos obrigatórios, essenciais e institucionais. Foram desenvolvidas 7 soluções educacionais novas para as áreas de Operações e Engenharia como um todo.

Em 2023, a Companhia registrou um investimento de R\$ 24.396 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade ViaOeste.

## 4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

#### 4.1. Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.



- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

## 4.2. Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos.

Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em [www.institutoccr.com.br](http://www.institutoccr.com.br).

## Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

**Caminhos para a Cidadania:** Realizado na CCR ViaOeste desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2022 as atividades são desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores são realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento pós pandemia. Para apoio aos alunos são disponibilizados no site [www.caminhosparaacidadania.com.br](http://www.caminhosparaacidadania.com.br) planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo. Em 2023, foram 779 professores inscritos na plataforma do programa Caminhos para a Cidadania, 614 se matricularam nos cursos e 344 professores concluíram.

**Caminhos para a Saúde:** Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas, no ano de 2023 foram realizados cerca de 5477 procedimentos dentro do programa Caminhos para a Saúde e foram atendidas aproximadamente 3357 pessoas.

Além disso o Programa Caminhos para a Saúde está oferecendo mensalmente aos caminhoneiros o **Projeto Help** com apoio psicológico, por meio da Parada do Desabafo. São voluntários preparados por psicólogos para prestar suporte psicológico para os caminhoneiros em vulnerabilidade emocional como estresse, depressão e síndrome do pânico.

**Ações check-up dos caminhões** são 5 ações anuais, com verificação dos principais itens de segurança do caminhão: faróis, freios, pneus, sinalização, temperatura das rodas, altura da carga e ruído.

**Ações Serenidade do Toque** – Serenidade do toque é uma empresa que capacita pessoas com deficiência visual na arte da massoterapia, e que atuam em espaço próprio ou em eventos empresariais. As ações acontecem dentro do programa Caminhos para a Saúde, os nossos clientes e nas sedes administrativas, para os nossos colaboradores.

**Projetos patrocinados via Lei de Incentivo ao Esporte - LIE:** os projetos de esportes são voltados para o desenvolvimento de crianças e adolescentes dentro dos nossos municípios limieiros, proporcionando lazer, saúde, qualidade de vida, interação social, importância de trabalho em equipe etc. Dentro desse pilar, temos os projetos:

**Basquete.com**, com aulas de basquete, nos municípios de Santana de Parnaíba, Osasco, Sorocaba e Votorantim.

**Virando o jogo ano II**, voltado para aulas de futebol e realizadas nos municípios de Barueri e Osasco.

**Instituto Esporte e Educação**, realizado em Osasco, que iniciou como um projeto de vôlei e hoje atende diversas modalidades, de acordo com as necessidades da escola onde são realizadas as aulas. Foram atendidos 170 alunos.

**BVC Voleibol Sub 19 Feminino**, projeto de rendimento voltado para o treinamento das jogadoras do time de Barueri, treinadas pelo técnico Zé Roberto, da seleção feminina Brasileira de vôlei, o time conta com 20 adolescentes.

**Campanha Gentileza - doações de roupas:** Em parceria com a APAE, o Instituto CCR por meio da CCR ViaOeste realiza a Campanha do Agasalho 2023, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de roupas. As casas do usuário, CCO e sede administrativa são pontos de coletas dos doativos. As doações arrecadadas são destinadas à APAE de Barueri, ao final da campanha. Foram doadas 350 kg de roupas.

**Campanha Inverno Solidário 2023:** iniciada em julho, a campanha de inverno tem como objetivo a doação de cobertores para as pessoas em situação de rua que trafegam pelas nossas rodovias. As doações são realizadas pelos colaboradores dos guinchos e demais viaturas de inspeção de tráfego. A campanha é realizada em parceria com o Instituto CCR. Foram distribuídos 90 cobertores.

**Campanha Lacre Solidário:** A campanha será realizada anualmente, em parceria com a APAE. O objetivo é arrecadar lacres em vários locais de trabalho e doar para a instituição, para que façam a troca por cadeiras de rodas. Ainda não foram doados, as arrecadações começaram no ano de 2023.

**Caravana com o Movimento a Voz Delas:** em parceria com a Mercedes Benz, em razão do Outubro Rosa, tivemos uma ação dentro de uma carreta modificada para atendimentos de saúde, tanto física quanto emocional. Foi realizada uma palestra sobre saúde emocional e atendimentos de enfermagem. Foram atendidas 181.

**Cine CCR:** projeto cultural que, a bordo de uma carreta que se transforma em uma completa sala de cinema, leva cultura e entretenimento para as comunidades locais, permanecendo dois dias em cada cidade. A entrada para assistir às sessões de cinema é gratuita, com direito a pipoca e refrigerante. Nas sessões diurnas os alunos da rede pública de ensino são convidados a participar do projeto, já nas sessões noturnas são abertas ao público e comportam até 91 pessoas por sessão. Foram atendidas 1560.

**Projeto Street Art:** Projeto da Agência Dionisio patrocinado por verba direta do ICCR, com o objetivo de desenvolver a arte urbana, colaborar com a paisagem artística das cidades e prédios parceiros da CCR e conscientizar as pessoas sobre a arte. Na unidade ViaOeste o projeto foi realizado em Sorocaba, no hospital infantil GPACI.

**Saudade de Casa:** Os motoristas foram convidados a enviarem uma carta aos seus familiares, produzindo uma foto com o auxílio da equipe do projeto e escrevendo palavras de carinho, construindo, assim, uma memória afetiva que poderá ser lembrada por muitos anos. Foram 83 pessoas impactadas.

**Comunidades Criativas:** é um projeto de grafite, que tem como objetivo levar a oportunidade de inclusão sobre um tema de importância socioambiental ao público das comunidades gerando relevância no desenvolvimento individual e coletivo. O projeto se desenvolve através das ilustrações enviadas o entendimento do tema na visão de cada participante, essas ilustrações e as obras escolhidas estarão no livro, contribuindo para o indicador de autoestima. Foram 8 pessoas impactadas.

**Projeto Guri:** é considerado o maior programa sociocultural brasileiro e oferece, nos períodos de contraturno escolar, cursos de iniciação musical, luteria, canto coral, tecnologia em música, instrumentos de cordas dedilhadas, cordas friccionadas, sopros, teclados e percussão, para crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos. Foram impactadas 910 pessoas.

**Conservatório de Tatuí:** concerto gratuito regido pela Banda Sinfônica Jovem do Conservatório de Tatuí em um evento de aniversário da cidade de São Roque.

#### 4.3. Reconhecimentos e Prêmios

Não houve

### 5. Considerações finais

#### 5.1. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

#### 5.2. Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Barueri, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos acionistas e Administradores da

### Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.

## Balanços patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>		<b>439.799</b>	<b>781.278</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	269.613	365.448
Aplicações financeiras	6	16.103	259.576
Contas a receber das operações	7.1	92.379	79.733
Contas a receber de partes relacionadas	10	13.628	10.773
Tributos a recuperar		34.900	42.164
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	7.648	17.591
Despesas antecipadas e outros créditos		5.528	5.993
<b>Não circulante</b>		<b>54.337</b>	<b>86.097</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	1.979	1.870
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.912	2.932
Tributos a recuperar		12.476	-
Depósitos judiciais e outros créditos		1.708	1.687
<b>Imobilizado</b>	11	8.150	10.179
<b>Intangível</b>	12	28.112	69.429
<b>Total do Ativo</b>		<b>494.136</b>	<b>867.375</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>		<b>276.143</b>	<b>630.959</b>
Debêntures	14	-	481.707
Fornecedores	13	171.929	88.349
Impostos e contribuições a recolher		27.168	19.781
Obrigações sociais e trabalhistas		13.967	12.292
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	4.588	3.071
Obrigações com o Poder Concedente		29.737	2.019
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	22.188	22.188
Outras obrigações		6.566	1.552
<b>Não circulante</b>		<b>186.737</b>	<b>15.100</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.2	239	-
Fornecedores	13	20.416	9.222
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	8	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	4.695	5.725
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	10	161.000	-
Obrigações sociais e trabalhistas		379	153
<b>Patrimônio Líquido</b>	16	<b>31.256</b>	<b>221.316</b>
Capital social		139.763	139.763
Reservas de capital		2.849	2.642
Reservas de lucros		35	44.490
Dividendo adicional proposto		-	34.421
Prejuízos acumulados		(111.391)	-
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>494.136</b>	<b>867.375</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.

## Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	17	<b>1.134.403</b>	<b>1.205.942</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>		<b>(1.263.793)</b>	<b>(1.011.993)</b>
Custo de construção		-	(14.121)
Serviços		(82.024)	(68.668)
Custo da outorga		(54.676)	(43.999)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	11 e 12	(43.105)	(316.736)
Custo com pessoal		(85.173)	(64.097)
Materiais, equipamentos e veículos		(19.258)	(13.701)
Custo de obras		(939.485)	(478.768)
Custo de imobilizado (não ativável)		(25.037)	(7.825)
Aluguéis		(5.199)	(3.601)
Energia elétrica		(2.059)	(2.137)
Outros		(7.777)	1.660
<b>(Prejuízo) Lucro bruto</b>		<b>(129.390)</b>	<b>193.949</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(84.595)</b>	<b>(80.146)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal		(34.593)	(23.252)
Serviços		(13.768)	(18.194)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.576)	(1.149)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	11 e 12	(227)	(1.127)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(11.756)	(5.293)
Indenizações		(5.563)	(996)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(3.237)	(3.742)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(3.178)	(11.332)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(3.019)	(1.301)
Água, luz, telefone, internet e gás		(2.805)	(2.770)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(668)	(731)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(345)	(243)
Despesas legais e judiciais		(262)	(307)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	15.1	(143)	128
Editais e publicações		(78)	(111)
Despesa de imobilizado (não ativável)		(52)	(5.920)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		1.030	(1.772)
Outros receitas (despesas) operacionais		(4.355)	(2.034)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(213.985)</b>	<b>113.803</b>
Resultado financeiro	18	23.847	(22.685)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(190.138)</b>	<b>91.118</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(129)	(62.483)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<b>(190.267)</b>	<b>28.635</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(190.267)</b>	<b>28.635</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(190.267)</b>	<b>28.635</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Ágio na incorporação	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>139.763</b>	<b>2.642</b>	-	<b>35</b>	<b>27.953</b>	-	<b>34.421</b>	-	<b>204.814</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	28.635	28.635
Destinações:									
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	(10.313)	(10.313)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	-	-	-	(1.820)	(1.820)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	16.502	-	(16.502)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>139.763</b>	<b>2.642</b>	-	<b>35</b>	<b>27.953</b>	<b>16.502</b>	<b>34.421</b>	-	<b>221.316</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(190.267)	(190.267)
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	-	(27.953)	-	-	27.953	-
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	-	-	207	-	-	-	-	-	207
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(34.421)	34.421	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(16.502)	-	16.502	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>139.763</b>	<b>2.642</b>	<b>207</b>	<b>35</b>	-	-	-	<b>(111.391)</b>	<b>31.256</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<b>(190.267)</b>	<b>28.635</b>
<b>Ajustes por:</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	239	(12.593)
Apropriação de despesas antecipadas		10.963	24.433
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	143	(128)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	11 e 12	43.332	295.833
Baixa do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	14	277.037
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	11 e 12	-	22.030
Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	7.556	4.107
Juros e variação monetária sobre debêntures	18	270	61.763
Capitalização de custo dos empréstimos	18	-	(4.119)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	18	-	9.141
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	7	1
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	16.7	207	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(1.087)	(11.704)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>			
Contas a receber das operações	7.1	(12.789)	(2.782)
Contas a receber de partes relacionadas	10	(2.855)	(8.943)
Impostos a recuperar		(5.212)	(23.575)
Adiantamento a fornecedores		(152)	(40)
Despesas antecipadas e outros créditos		596	(1.758)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	13	94.767	78.866
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	1.525	(9.378)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(8.586)	(2.335)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.901	3.700
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		23.300	112.576
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(15.913)	(106.619)
Obrigações com o Poder Concedente	20.1	(13.865)	-
Pagamentos de obrigações com o Poder Concedente	20.1	41.583	-
Outras obrigações		5.014	(5.352)
Outras obrigações com o Poder Concedente		-	444
<b>Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(19.309)</b>	<b>729.240</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	11	-	(7.059)
Adições ao ativo intangível	12	-	(206.222)
Outros de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	109
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	244.560	(226.673)
Resgates / aplicações (conta reserva)	6	(109)	(100)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos</b>		<b>244.451</b>	<b>(439.945)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	161.000	-
Debêntures:			
Pagamentos de principal e juros	14	(481.977)	(44.984)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>		<b>(320.977)</b>	<b>(44.984)</b>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(95.835)</b>	<b>244.311</b>
<b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		365.448	121.137
No final do exercício		269.613	365.448
		<b>(95.835)</b>	<b>244.311</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutunga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão entre 30 de março de 1998 a 29 de março de 2025 (mediante TAM 26/2023), a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), nos termos do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado com a ARTESP.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 30 de março de 1998. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

### Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

### 1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

#### 1.1.1. Principais eventos regulatórios

##### a. Termo Aditivo Modificativo n.º 26 – ViaOeste

Em 28 de junho de 2023, foi celebrado o 26º Termo Aditivo entre a Concessionária e o Estado de São Paulo, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para 29 de março de 2025, mediante a inclusão de novos investimentos na concessão, reconhecimento de desequilíbrio financeiro de processos administrativos em favor da Concessionária e repasse, ao Poder Concedente, do percentual de 20,71% da receita de arrecadação, correspondente ao excedente tarifário.



O valor total dos investimentos incluídos na concessão deveriam ser apurados pela ARTESP no prazo de até 120 dias da celebração do referido TAM, e o valor dos processos administrativos reequilibrados deveriam ser submetidos à instrução técnica e deliberação pela ARTESP no prazo de até 180 dias da data de assinatura do aditivo. A concessionária aguarda posicionamento da ARTESP acerca dessas questões.

### 1.2. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

#### 1.2.1. Processos em andamento

##### a. Marginais Castello - ampliações por nível de serviço SP 280 – Do KM 23 a KM 32

O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifique a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os kms 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da Companhia na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço, entre o período de 2004 (saturação inicial) a 2022 (execução da obra).

### b. Sistema semiautomático de pedágio

O contrato de concessão estabelecia a obrigação da Companhia implantar a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998).

Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustenta haver um desequilíbrio em seu favor, entendimento que é contestado pela Companhia. O processo segue em fase administrativa.

Os acionistas controladores e a Administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

### 1.2.2. Processos anteriormente reportados que foram encerrados

Em virtude do acordo celebrado pela Companhia e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 29 de junho de 2021 os seguintes processos administrativos ou judiciais de interesse Companhia foram encerrados ou estão em fase de encerramento:

- a) Ações judiciais referentes ao Termo Aditivo Modificativo n.º 12/06;
- b) Ação Judicial sobre a Alteração do Índice de reajuste de tarifas de pedágio;
- c) Ação judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2013; e
- d) Ação Judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2014.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

### Base de mensuração



As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

## Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.8. **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 12. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 15.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 19. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

## 3. Políticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

### 3.1. Moeda estrangeira





### Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

### 3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

### 3.3. Instrumentos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a



receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### Classificação e mensuração subsequente

#### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.



Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

### Desreconhecimento

#### Ativos financeiros



A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

### Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

## 3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os



fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

### 3.6. Ativo imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### 3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios



Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

### 3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda



estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3.10. Receitas e despesas financeiras



Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### 3.11. Benefícios a empregados

#### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### 3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento





quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

### **3.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.



Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### 3.14. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

### 3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

### 3.16. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40.

## 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### 5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.<sup>os</sup>



6, 7, 10, 14, 17 e 19.

## b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 14, 17, 19 e 20.

## c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 19.

## d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e outras obrigações	178.495	20.416
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	4.588	8
AFAC- partes relacionadas	-	161.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-
Obrigações com o Poder Concedente	29.737	-

(a) Valores brutos do custo de transação.

A Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora final, CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Caixa e bancos	6.139	6.509
Aplicações financeiras (a)	263.474	358.939
<b>Total</b>	<b>269.613</b>	<b>365.448</b>

  

<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.103</b>	<b>259.576</b>
Aplicações financeiras (a)	16.103	259.576
<b>Não circulante</b>	<b>1.979</b>	<b>1.870</b>
Aplicações financeiras - Conta reserva (b)	1.979	1.870
<b>Total</b>	<b>18.082</b>	<b>261.446</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,49% do CDI, equivalente a 13,30% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,25% do CDI, equivalente a 12,71% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2022).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e  
(b) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

## 7. Contas a receber

### 7.1. Contas a receber líquidas

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>	<b>92.379</b>	<b>79.733</b>
Contas a receber das operações (a)	92.566	79.777
Provisão para perda esperada (b)	(187)	(44)
<b>Total</b>	<b>92.379</b>	<b>79.733</b>

- (a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas acessórias e de pedágio; e  
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	92.200	79.655
Créditos vencidos até 60 dias	155	66
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	24	12
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	83	21
Créditos vencidos há mais de 180 dias	104	23
<b>Total bruto de provisão para perda esperada</b>	<b>92.566</b>	<b>79.777</b>

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### 8.1. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
<b>(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(190.138)</b>	<b>91.118</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)</b>	<b>64.647</b>	<b>(30.980)</b>
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Despesas indedutíveis	(1.358)	(4.246)
IR e CS não constituídos sobre diferenças temporárias (a)	(64.567)	(34.573)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(375)	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	3.170
Juros sobre capital próprio	-	4.125
Outros ajustes tributários	-	21
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1.524	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(129)</b>	<b>(62.483)</b>
Impostos correntes	110	(75.076)
Impostos diferidos	(239)	12.593
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>-0,07%</b>	<b>68,57%</b>

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, decorrente do encerramento de cronograma de realização dos ativos, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

### 8.2. Impostos diferidos

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

<b>Imposto de renda e a contribuição social diferidos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>	<b>1.491</b>	<b>4.114</b>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	103	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	259	173
Provisão para perda esperada - contas a receber	4	2
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	93	207
Provisão para fornecedores	31	-
Provisão para perda por <i>impairment</i>	807	3.556
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	157	167
Programa de gratificação longo prazo	37	9
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(1.882)</b>	<b>(4.114)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>(391)</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>	<b>(1.730)</b>	<b>(4.114)</b>
Capitalização de juros	(918)	(2.183)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	(805)	(1.919)
Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(7)	(12)
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>1.882</b>	<b>4.114</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>152</b>	<b>-</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(239)</b>	<b>-</b>
<b>Movimentação do imposto diferido</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>-</b>	<b>(12.593)</b>
Reconhecimento no resultado	(239)	12.593
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>(239)</b>	<b>-</b>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 291.890 (R\$ 99.243 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2023) e em 31 de dezembro de 2022 montante de R\$101.656 (R\$ 34.563 - efeito tributário) por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

## 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	<b>Saldos a pagar</b>				<b>Apropriação no resultado</b>	
	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>		<b>2023</b>	<b>2022</b>
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>		
<b>Outorga variável</b>	7.648	17.591	1.912	2.932	10.963	24.433
<b>Total</b>	<b>7.648</b>	<b>17.591</b>	<b>1.912</b>	<b>2.932</b>	<b>10.963</b>	<b>24.433</b>

## 10. Partes relacionadas

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativo</b>	<b>21</b>	<b>142.866</b>	<b>142.887</b>	<b>18</b>	<b>281.808</b>	<b>281.826</b>
Aplicações financeiras	-	128.211	128.211	-	269.604	269.604
Bancos conta movimento	-	1.045	1.045	-	1.449	1.449
Contas a receber	21	13.607	13.628	18	10.755	10.773
Outros créditos	-	3	3	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>187.270</b>	<b>514</b>	<b>187.784</b>	<b>24.998</b>	<b>214.369</b>	<b>239.367</b>
Fornecedor e contas a pagar	4.082	514	4.596	2.810	261	3.071
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-	22.188	22.188	-	22.188
Adiantamento para futuro aumento de capital	161.000	-	161.000	-	-	-
Outros débitos	-	-	-	-	16	16
Debêntures	-	-	-	-	214.092	214.092

Transações	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(308)	(308)	-	(107)	(107)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	(410)	(410)	-	(408)	(408)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(1.993)	(1.993)	-	-	-
Custos / despesas de serviços prestados - CSC	-	-	-	(9.993)	-	(9.993)
Custos / despesas - compra de bens	(3)	-	(3)	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	(3.117)	(3.117)	-	(4.604)	(4.604)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(35)	(70)	(105)	(9.087)	(141)	(9.228)
Repasse de custos e despesas - CSC	(53.951)	(7)	(53.958)	(15.588)	-	(15.588)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(220)	(220)	-	(77)	(77)
Despesas de prestação de garantias em dívidas	-	-	-	(9.141)	-	(9.141)
Receitas de aplicações financeiras	-	12.508	12.508	-	8.866	8.866
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	53	53	-	-	-
Receitas acessórias na faixa de domínio	-	-	-	-	2.936	2.936
Ressarcimento de danos de patrimônio	-	-	-	-	6	6
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	-	2.237	2.237	-	-	-
Receitas de vendas de ativo imobilizado	-	1	1	-	-	-

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros da Administração da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que seja atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, ser for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2023, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

## 11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento



# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Imobilizado							Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>245</b>	<b>2.174</b>	<b>1.713</b>	<b>5</b>	<b>4.722</b>	<b>3.891</b>	<b>12.750</b>	<b>3.669</b>	<b>16.419</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	7.165	7.165
Baixas	-	(1)	-	-	-	-	(1)	(4.809)	(4.810)
Transferências	60	1.021	823	-	-	1.320	3.224	(2.632)	592
Depreciação	(260)	(2.599)	(1.855)	(4)	-	(4.466)	(9.184)	-	(9.184)
Outros	-	-	-	-	-	(3)	(3)	-	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>45</b>	<b>595</b>	<b>681</b>	<b>1</b>	<b>4.722</b>	<b>742</b>	<b>6.786</b>	<b>3.393</b>	<b>10.179</b>
Custo	4.073	33.193	11.841	401	4.722	86.016	140.246	3.393	143.639
Depreciação acumulada	(4.028)	(32.598)	(11.160)	(400)	-	(85.274)	(133.460)	-	(133.460)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>45</b>	<b>595</b>	<b>681</b>	<b>1</b>	<b>4.722</b>	<b>742</b>	<b>6.786</b>	<b>3.393</b>	<b>10.179</b>
Baixas	-	(11)	-	-	-	(3)	(14)	-	(14)
Transferências	-	134	-	-	-	128	262	(262)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	106	-	-	-	-	106	-	106
Depreciação	(39)	(658)	(594)	-	-	(830)	(2.121)	-	(2.121)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6</b>	<b>166</b>	<b>87</b>	<b>1</b>	<b>4.722</b>	<b>37</b>	<b>5.019</b>	<b>3.131</b>	<b>8.150</b>
Custo	2.334	26.644	11.407	1	4.722	43.985	89.093	3.131	92.224
Depreciação acumulada	(2.328)	(26.478)	(11.320)	-	-	(43.948)	(84.074)	-	(84.074)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6</b>	<b>166</b>	<b>87</b>	<b>1</b>	<b>4.722</b>	<b>37</b>	<b>5.019</b>	<b>3.131</b>	<b>8.150</b>

Taxa média anual de depreciação %  
Em 31 de dezembro de 2023

21	26	37	50	34
----	----	----	----	----

Não foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2022). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 3,47% a.a..

## 12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível						
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>335.496</b>	<b>934</b>	<b>22.030</b>	<b>4.136</b>	<b>362.596</b>	<b>78.205</b>	<b>440.801</b>
Adições	-	-	-	2.088	2.088	208.147	210.235
Baixas	-	-	-	(943)	(943)	(271.284)	(272.227)
Transferências	15.028	779	-	(1.371)	14.436	(15.028)	(592)
Amortização	(143.976)	(1.043)	(22.030)	-	(167.049)	-	(167.049)
Outros	(69)	-	-	-	(69)	(40)	(109)
Provisão para perda por <i>impairment</i> (a)	(141.630)	-	-	-	(141.630)	-	(141.630)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>64.849</b>	<b>670</b>	<b>-</b>	<b>3.910</b>	<b>69.429</b>	<b>-</b>	<b>69.429</b>
Custo	2.166.849	17.534	251.709	3.910	2.440.002	-	2.440.002
Amortização acumulada	(2.102.000)	(16.864)	(251.709)	-	(2.370.573)	-	(2.370.573)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>64.849</b>	<b>670</b>	<b>-</b>	<b>3.910</b>	<b>69.429</b>	<b>-</b>	<b>69.429</b>
Transferências	-	1.064	-	(1.064)	-	-	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(106)	-	-	(106)	-	(106)
Amortização	(40.117)	(1.094)	-	-	(41.211)	-	(41.211)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>24.732</b>	<b>534</b>	<b>-</b>	<b>2.846</b>	<b>28.112</b>	<b>-</b>	<b>28.112</b>
Custo	2.166.849	18.492	251.709	2.846	2.439.896	-	2.439.896
Amortização acumulada	(2.142.117)	(17.958)	(251.709)	-	(2.411.784)	-	(2.411.784)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>24.732</b>	<b>534</b>	<b>-</b>	<b>2.846</b>	<b>28.112</b>	<b>-</b>	<b>28.112</b>

Taxa média anual de amortização %  
Em 31 de dezembro de 2023

(b)	20	(b)
-----	----	-----

- (a) Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos intangíveis; e  
(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

Não foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.013 em 31 de dezembro de 2022). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo 31 de dezembro de 2022 foi de 3,47% a.a..

## Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)



## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizados testes anuais de recuperabilidade de ativos intangíveis, que apresentavam indicadores de possível perda de recuperação, sendo que não se identificou necessidade de complemento ou reversão de provisão para a Companhia.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma avaliação econômica estimada até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio.

Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de recuperação e expansão na infraestrutura das concessões, taxas de descontos e direitos de reequilíbrios contratuais.

### 13. Fornecedores

	2023	2022
<b>Circulante</b>	<b>171.929</b>	<b>88.349</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	118.588	77.165
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	65	72
Cauções e retenções contratuais (b)	53.276	11.112
<b>Total</b>	<b>171.929</b>	<b>88.349</b>
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Não circulante</b>	<b>20.416</b>	<b>9.222</b>
Cauções e retenções contratuais (b)	20.416	9.222
<b>Total</b>	<b>20.416</b>	<b>9.222</b>

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
8a Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496% (a)	Dezembro de 2022	1.878	-	-	481.707
				<b>Total geral</b>	-	-	<b>481.707</b>

O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR.

## 15. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

### 15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.413</b>	<b>3.312</b>	<b>5.725</b>
Constituição	4.267	3.339	7.606
Reversão	(334)	(267)	(601)
Pagamentos	(5.360)	(3.226)	(8.586)
Atualização de bases processuais e monetária	208	343	551
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.194</b>	<b>3.501</b>	<b>4.695</b>

### 15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	14.799	260
Trabalhistas	1.139	1.145
<b>Total</b>	<b>15.938</b>	<b>1.405</b>

## 16. Patrimônio líquido



## 16.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

## 16.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

## 16.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

## 16.4. Reserva de incentivo fiscal

A reserva no montante de R\$ 35, é oriunda da destinação de incentivo ao Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

## 16.5. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período.

É utilizado o modelo *Black-Scholes-Merton* para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 20.610;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting).

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 20.610 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 207.

## 17. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
<b>Receita bruta</b>	<b>1.252.522</b>	<b>1.318.153</b>
Receitas de pedágio	1.228.411	1.283.188
Receitas de construção (ICPC01 R1)	-	14.121
Receitas acessórias	21.874	17.907
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	2.237	2.937
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(118.119)</b>	<b>(112.211)</b>
Impostos sobre receitas	(117.388)	(111.777)
Abatimentos	(731)	(434)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.134.403</b>	<b>1.205.942</b>

## 18. Resultado financeiro

	2023	2022
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.531)</b>	<b>(68.010)</b>
Juros sobre debêntures	(270)	(61.763)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	4.119
Juros e variações monetárias sobre obrigações	-	(9.141)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(9)	(3)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.252)	(1.222)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>25.378</b>	<b>45.325</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	20.658	45.052
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	2
Juros e outras receitas financeiras	4.718	271
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>23.847</b>	<b>(22.685)</b>

## 19. Instrumentos financeiros

### 19.1. Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2023	2022
<b>Ativos</b>	<b>Nível</b>	<b>393.702</b>	<b>717.400</b>
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>287.695</b>	<b>626.894</b>
Caixa e bancos	Nível 2	6.139	6.509
Aplicações financeiras	Nível 2	279.577	618.515
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	1.979	1.870
<b>Custo amortizado</b>		<b>106.007</b>	<b>90.506</b>
Contas a receber das operações		92.379	79.733
Contas a receber de partes relacionadas		13.628	10.773
<b>Passivos</b>		<b>(416.432)</b>	<b>(598.886)</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		<b>(416.432)</b>	<b>(598.886)</b>
Debêntures (a)		-	(481.707)
Fornecedores e outras obrigações		(198.911)	(89.901)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(4.596)	(3.071)
AFAC - partes relacionadas		(161.000)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		(22.188)	(22.188)
Obrigações com o Poder Concedente		(29.737)	(2.019)
<b>Total</b>		<b>(22.730)</b>	<b>118.514</b>

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

**Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	-	-	481.707	481.731

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

## 19.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro..

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	279.869	21.020	15.781	10.533
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>21.020</b>	<b>15.781</b>	<b>10.533</b>
<b>Total do efeito de ganho</b>		<b>21.020</b>	<b>15.781</b>	<b>10.533</b>
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :	CDI <sup>(2)</sup>	11,6500%	8,7375%	5,8250%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. As mesmas foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

## 20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

### 20.1. Compromissos com o Poder Concedente – Outorga variável

	% Base	Valor pago no exercício		Valor a pagar	
		2023	2022	2023	2022
Outorga variável	3,0 Receita bruta	41.583	19.122	3.814	1.684
<b>Total</b>		<b>41.583</b>	<b>19.122</b>	<b>3.814</b>	<b>1.684</b>

### 20.2. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrio firmado com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. O aumento do valor deve-se principalmente à celebração do TAM n.º 26, em 28 de junho de 2023. Estimamos que no total, o compromisso de investimento da Companhia, levando-se em conta obras de nível de serviço, em discussão para reequilíbrio, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, alcance o montante de R\$ 1.837.389.

	2023	2022
Compromissos relativos à concessão	1.242.280	1.465.039

## 21. Demonstração dos fluxos de caixa

### 21.1. Transações que não afetaram caixa

# Concessionária De Rodovias Do Oeste De São Paulo – Viaoeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	-	<b>3</b>
Impostos a recuperar	-	3
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	-	<b>(3)</b>
Outros de imobilizado	-	(3)

## 21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento da obrigação do contrato de concessão..

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>(481.707)</b>	-	<b>(481.707)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>481.977</b>	<b>(161.000)</b>	<b>320.977</b>
Pagamento de principal e juros	481.977	(161.000)	320.977
<b>Outras variações que não afetam caixa</b>	<b>(270)</b>	-	<b>(270)</b>
Juros sobre debêntures	(270)	-	(270)
<b>Saldo final</b>	-	<b>(161.000)</b>	<b>(161.000)</b>

\* \* \*





Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Vice - Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

## Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Angelo Luiz Lodi	Diretor de Engenharia e Operações
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Administrativo Financeiro

## Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0